

A nova face de Portugal face aos desalojados (I)

Por Fernando Inácio Gil*

A dignidade de Portugal jamais poderá ser conseguida enquanto o «julgamento dos responsáveis» não for feito

E, por responsáveis, outros não entendemos que os da «exemplar descolonização» que, amputando o País e separando os Povos que o constituíam, trouxeram não só para os naturais e residentes do ex-Ultramar, a miséria, como também para a grande maioria dos portugueses do continente.

Tudo o mais é balela.

Existia então um modelo económico, não necessariamente forte, convenhamos, mas que a todos trazia abastança suficiente

Mas, em seu lugar, que existe hoje?

Uma estrutura económico-financeira ainda baseada no passado, em alicerces completamente adulterados, não sendo outros, viáveis e consentâneos, construídos em alternativa.

Estamos pois em colapso económico, sem que se anteveja ou pressinta o mínimo de vontade nacional para o superar. É que a sua superação só será conseguida com a restauração da dignidade de Portugal, que o mesmo é dizer-se, do orgulho de nos sentirmos portugueses.

E a dignidade de Portugal não se poderá confundir com este ou aquele regime, com esta ou aquela pessoa, porque está acima de todos nós, além de todos nós, porque essencialmente é parte de nós.

A mim mesmo me tenho perguntado muitas vezes:

—Será *que*, hoje e aqui, me poderei sentir honrado em me proclamar português?

—Será que tudo fiz ou tenho procurado fazer para que Portugal seja, na realidade, um País a que nos orgulhemos de pertencer?

—Enfim, será que todos nós Lhe prestamos aquele contributo mínimo e que a comunidade que somos exige de cada um de nós?

Em consciência, não nos resta outra conclusão que não seja a da negativa.

Pois se dia a dia, hora a hora, momento a momento, temos de prover à nossa sobrevivência individual, se não contribuirmos de mãos dadas e coração aberto para a sobrevivência nacional nada mais restará que o desaparecimento, talvez não de uma terra chamada Portugal, mas sim de um estado de espírito que sempre lhe esteve subjacente e a justifica como nação independente: a Lusitanidade.

Algumas foram através dos tempos as ocasiões em que o Portugal dominado ou acorrentado foi libertado, antes e acima de tudo, por essa força que considero perene, que se não vê e não tem medida, que apenas se sente e terá novamente de emanar de cada um de nós, pois nos é intrínseca desde o berço da nacionalidade.

E é desse sentimento LUSÍADA que nos têm querido afastar alguns, que de portugueses apenas terão, por fortuito acaso, um Bilhete de Identidade.

Torna-se pois necessário acordar, afastar os falsos portugueses, sem esquecer os falsos Messias, e reencontrar o verdadeiro caminho de Portugal

Caminho difícil, cheio de escolhos, mas que se não poderá encetar enquanto as reparações devidas, morais e materiais, não forem feitas.

E só em tal comunhão de espírito e na identidade de finalidades tal caminhada poderá ser efectivada e levada a bom termo

Houve um certo caminho andado que, inconscientemente drogado seguimos, mas que não poderemos percorrer em sentido inverso.

Assim sendo, resta-nos somente mudar de rumo

— Mas como e para onde?

Certamente que não serei eu, nem cada um de nós de «per si», que o conseguirá determinar

Mas seremos nós, os que primeiro acordarmos desta profunda letargia em que temos vivido, tudo aceitando como se esse fosse o nosso destino, que teremos de

reanimar as mentes mais adormecidas ou obscurecidas, sacudindo-as para a verdadeira realidade do que éramos, naquilo em que estamos e do que teremos de voltar a ser

Enfim... só uma análise profunda de causas e efeitos nos poderá dar o real contexto do presente, para então se decidir do rumo futuro.

E todos não seremos demais para o encontrar.

É pois essencial que se situe, no vasto rol de problemas que nos afectam, a realidade do povo Desalojado e da sua inserção no contexto atrás referido.

Como ultramarino por nascimento, português por formação e lusíada por sentimento, resta-me tentar, não inventando justificações, mas o mais objectivamente possível, mostrar o quanto sofremos e se todo esse sofrimento não terá sido já expiação suficiente para quantos de nós, nada então querendo arriscar, a tudo voltámos costas, pensando apenas em nos vermos dentro de um avião *que* nos tirasse do eterno em que tudo se transformou.

—Quem nos levou afinal a não lutar de imediato por aquilo que considerávamos a nossa terra, que nos levou a abandonar à sua sorte homens, mulheres e crianças *que* considerávamos como nossos irmãos, *que* nos fez enfim reagir de certo modo como culpados e não como vítimas?

—Que estranhas forças nos paralisaram?

Resta-nos pois *que* acordemos de vez e nos empunhemos por nossos actos e por nossa fé nos destinos de Portugal, isto é, peia nossa Lusitanidade

Unamo-nos pois, sem preconceitos ou ressentimentos, sem falsas intenções e com verdade, procurando reencontrar, não só o nosso caminho dentro de Portugal como o de Portugal no mundo.

- *Membro Directivo da Associação Projecto I*

A nova face de Portugal face aos desalojados (II)

Por Fernando Inácio Gil*

Quem como eu acompanhou tão intimamente, vivendo minuto a minuto, a fuga que se transformou NO maior êxodo da História Contemporânea, não pode, como desde o início o tem tentado fazer, deixar que alguns, até facilmente inidentificáveis colham benesses á custa, não só do afundamento material como moral dos Desalojados.

Se alguns, poucos, algo trouxeram, a grande maioria apenas foi portadora do seu "saber de experiência feito".

Coloquemo-lo pois, sem reservas, ao dispor da comunidade.

Pois o essencial é querer.

— Mas como, se as pessoas andam famintas -se sofrem a perda de entes queridos, se trazem na carne feridas incuráveis, se chafurdam na lama e na miséria á procura, única e simplesmente da sobrevivência?

Pois, será a partir desta impossibilidade, mais aparente que real, querendo-o, que nos deveremos erguer e exigir, dentro do respeito pela legalidade, a reparação possível.

Sabemos que a reparação da honra, arrastará á reparação da fazenda.

Mas como sobreviver até lá?

Por isso não se poderá esperar tão dilatado prazo.

É pois urgente e necessário que o Governo Português reconheça, de imediato, o direito á Indemnização dos bens deixados no Portugal que éramos.

Embora não baste á resolução do problema, tal reconhecimento é essencial, não só como primeira reparação moral, mas para que todo o processo evolua no sentido da indemnização material, inclusive condicionada na sua aplicação.

Tem-se dito que isso será resolvido quando resolvido o contencioso entre Portugal e aqueles novos Estados.

Mas concretamente o problema é diverso, pois a existir um contencioso, ele será entre cidadãos portugueses e o seu Governo.

O que não invalida que o Governo Português, talvez melhor, o Estado Português intente, ser compensado, do que colectiva ou individualmente passou á posse dos novos Estados.

Interessa, pois, entre muitos outros aspectos, analisar, o porquê do entorpecimento em que a maioria dos Desalojados caiu, o porquê do seu isolamento e o porquê do não aproveitamento racional e imediato das suas capacidades.

O ambiente geográfico, com largos espaços de horizontes vastos, em que as pessoas se movimentavam sem atropelos, porque desnecessários, criou em todos os que nas terras do ex-Ultramar viviam um certo sentimento individualista, só formalmente; diferente, porque afinal semelhante, ao espírito dos primeiros desbravadores da mata africana, sempre á espera de atingir algo mais além.

Foi assim que, pelo seu imenso interior a dezenas ou centenas de quilómetros das cidades principais, normalmente situadas no litoral, muitas vezes a partir da fixação de um único indivíduo, aparecia a povoação que se transformava em vila e quantas em cidades florescentes.

Havia pois espaços para todos, onde a iniciativa individual, não sem enorme esforço, tinha vasto campo para se expandir, muito mais dependente da capacidade de cada um, que de apoios oficiais que porventura conseguisse.

E o exemplo destes colonos, que não colonialistas, era suficiente para que o próprio africano negro saísse do seu atraso e se promovesse social e culturalmente

Quantas vezes, por exemplo, os seus apelos às entidades governativas não eram para que estas lhes dessem casas ou lhes fornecessem alimentos. Mas antes que os ensinassem a construir melhores habitações ou a cultivar melhor a terra.

A terra que, ao fim e ao cabo com poucas excepções de algumas grandes companhias, era já, na realidade, de quem a trabalhava, branco ou negro.

Quem, destes espaços quase ilimitados, se viu de um dia para o outro sem

nada, apertado, e quantas vezes esfomeado, neste canto da Europa, só num esforço supremo a tal se poderia de imediato acomodar.

De igual modo a ambiência sócio política vívida em África era na essência baseada num espírito de corações e portas abertas, sem complexos de parte a parte, na sua quase generalidade.

Ora, no momento, em que os Desalojados chegam a Portugal, encontram um País dividido, sujeito a verdadeiras torrentes de verborreia, onde quase nada se produzia, e eram acolhidos como escravagistas, exploradores de pretos, reaccionários e muitas coisas mais, inclusive, pelos próprios familiares, de quem esperavam o primeiro conforto e amparo.

Familiares que a muitos expulsaram de casa depois de os acolherem, não só por incompatibilidade ideológica, como pelo peso que passaram a representar para o orçamento dos que os acolheram.

Pois, é – me extremamente consolador recordar, e suponho que para todos os que vieram do ex-Ultramar, os refugiados do Shaba afirmar que aquando do ataque a Kolwezi, logo que identificados como portugueses os não molestaram.

E eles aqui chegaram sãos e salvos!

Não será este facto mais uma prova de que os Portugueses estavam em Africa como irmãos, como iguais?

Outra razão não existirá certamente para esta diferença de tratamento para brancos portugueses e para brancos de outras nacionalidades.

É que os Portugueses, o povo português, nunca foi colonialista e isso é essencial que seja reconhecido por todos, inclusive a nível governamental, acabando-se de vez com complexos que não existiam e só muito recentemente foram inculcados nos espíritos menos avisados, quer de Portugueses quer de Angolanos, Moçambicanos, Cabo-verdianos, Timorenses, São-Tomenses ou Guineenses.

E, se mais ninguém o faz, cabe-nos a nós Desalojados explicar àqueles, que por infelicidade não conheceram o melhor de Portugal, a realidade da nossa presença em África,

- De facto, se o povo residente, sem sair de suas casas, sem perder a sua ambiência, andava atordoado, como se não sentiriam aqueles que, de um dia para o outro, se viram a milhares de quilómetros, do mundo novo que estavam edificando e de que, na realidade, os melhores frutos eram, na sua quase totalidade, comodamente saboreados por aqueles que até nunca se preocupavam em saber de onde e como lhes vinha à mão tal maná?

Aqui chegados, eram levados consoante as possibilidades para onde calhava, muitos milhares deles sem nunca terem aqui

estado antes, mais não lhes restando que a aceitação de uma qualquer esmola, que muitos ainda hoje mendigam.

E até a estadia em hotéis, inclusivamente de luxo, por desacompanhada de qualquer outra acção, lhes foi extremamente prejudicial, muito em especial pelo seu prolongamento.

Vêm-se, assim, salvo raríssimas excepções e quase todas elas de oportunistas, incapazes de fugir a todas as pressões e manipulações a que são sujeitos,

E, também incapazes de se unirem, apesar de muitos se encontrarem reunidos, têm sido simples joguetes nas mãos de quem apenas deles se quis servir, para proveito próprio ou de grupo.

Noutro aspecto, e muito relevante, o económico, vêm os Desalojados encontrar uma estrutura completamente diferente daquela em que antes se inseriam.

Caminhava-se aqui a passos largos para a colectivização da economia, enquanto que toda a sua actividade em África se tinha pautado pela livre iniciativa.

Por outro lado, no ex-Ultramar, a Banca encontrava-se virada ao financiamento, enquanto que em Portugal., embora nacionalizada, a mesma estava essencialmente virada ao aforro.

Além disso já o desemprego grassava em percentagem alarmante, o que poucas

hipóteses deixavam de um posto de trabalho para os recém-chegados.

No sector público, a juventude dos quadros trazia á Administração Ultramarina uma desenvoltura, difícil de encontrar em Portugal, proporcionando acessos de certo modo rápidos, devido à sua constante expansão.

Além disso a rotação ou passagem dos funcionários públicos pelos centros menos importantes e do interior dos territórios dava-lhes um conhecimento bastante profundo da sua problemática, além de lhes proporcionar um contacto mais íntimo com as populações.

Em que percentagem, por exemplo, os servidores públicos ora em Lisboa prestaram já serviço fora da capital, especialmente em pequenas localidades do interior do País? Por aquilo que me tem sido permitido apurar, em percentagem mínima,

Aqui nasceram ou aqui cresceram, aqui se fizeram funcionários e a reforma aqui atingirão.

É pois o funcionário ex-ultramarino absolutamente passível de voltar novamente ao "mato", como lá se designava o interior, desde que lhe sejam dadas as condições mínimas, o que aliás, por simples destacamento, já está acontecendo, a maior parte das vezes a seu pedido e pelo tecto que pelas aldeias ou vilas os abriga, que não por regalias concedidas.

E não só os funcionários, mas a quase totalidade do povo Desalojado, o que aliás já é visível a quem percorre o interior do pequeno País que nos resta.

Necessário será que incentivos apareçam que mais irão.

- *Membro Directivo da Associação Projecto I*

A nova face de Portugal face aos desalojados (III)

Por Fernando Inácio Gil*

Além de psicologicamente arrasados, a integração social imediata dos desalojados era logicamente inviável, pois a mesma implicava um retorno, todo um recomeçar de vida, mas agora em circunstâncias e num contexto que, em tudo, se apresenta como um verdadeiro retrocesso.

Mas, tendo os desalojados adquirido em terras de África um forte poder de ambientação, embora não saradas, mas logo que atenuadas, as feridas mais profundas, eis que partem de novo á aventura, sendo já hoje poderoso motor na reconstrução do País.

E convenhamos que não será a esperteza de alguns, ou a hipocrisia de outros, que levará a sua grande maioria a desistir.

Fizeram novos mundos e também aqui criarão um mundo novo.

Mas aqui, não mais poderemos proceder individualisticamente, pois cada desalojado, no *seu* já alcançado posto de trabalho, deverá ter sempre em mente aqueles que ainda nada conseguiram.

Pela nossa persistência, pelo nosso trabalho pelo nosso exemplo, unidos, poderemos ser a faísca que acenderá o farol que alumiará Portugal nos caminhos do futuro.

São exemplos flagrantes da reconstrução ou edificação de países, o dos povos de Israel e da Alemanha Federal.

Nós mesmos o fizemos noutras paragens. Façamo-lo, também aqui.

Se não, nossos filhos poderão não ter sequer o pouco que ainda vamos tendo, além de serem eles a liquidar o que agora por todo o lado se mendiga.

Mas, e frisámo-lo, nós não queremos esmolos.

Apenas pretendemos que o Governo português reconheça que a solução do problema dos desalojados tem de ser encontrada, antes e acima de tudo, com a sua adesão a toda uma política de verdadeira reconstrução nacional.

A obstrução foi e ainda é quase total.

Desde as Comissões de Trabalhadores, face a promitentes empregos, às falhas e desvios dos esquemas de apoio, mormente os do Comissariado para os Desalojados, tudo parece querer destruir, não só material, mas e de novo psicologicamente, aqueles que «já estavam vendo uma luz no fundo do túnel».

Mas, tão importante como a sua sobrevivência será o dar de mãos de todos os que, cegos por tudo o que o gonçalvismo, e não só, lhes impingiu, estão reconhecendo que quem estava errado não éramos nós, mas sim eles.

Tão importante como a nossa e sua sobrevivência, será o de podermos dar aos nossos filhos um futuro decente e digno, com um presente sem droga nem prostituição.

E, se outra forma não houver, até porque todos somos portugueses, introduzamo-nos nas instituições existentes — comissões de moradores, comissões de pais, associações profissionais, culturais ou desportivas, inclusive políticas e procuremos, sem ressentimentos e de espírito aberto, lutar por esse futuro melhor, dando-lhes tudo o que soubermos e pudermos.

E, porque não penso ou sinto que deverão existir dois povos— o desalojado e o residente —, o repito aqui.

Simplesmente não nos podemos esquecer *que*, estruturalmente o cidadão, desalojado é diferente do cidadão residente, pelo que só muito gradualmente, o tratamento a dar a uns e a outros se deverá igualizar.

Não poderemos aceitar, por exemplo, que se diga que um cidadão desalojado está integrado só porque está a receber o subsídio de desemprego, não através do IARN, mas pelo Fundo de Desemprego. Foi com este e outros critérios simplistas, pensamos nós, que o Alto Comissário para os Desalojados, tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, deve ter chegado à conclusão, conforme declarou a um matutino

da cidade do Porto, em Agosto de 1977, que “os alojados *que* tiveram alojamento concedido pelo Estado representam uma percentagem de 12% da totalidade do seu número. Portanto, 88% integram-se na sociedade superando, para além de todas as dificuldades inerentes a uma nova situação, aquelas que se circunscrevem à alimentação e alojamento”.

Basta reflectir que todas as circunstâncias *que* levaram o desalojado ao «desemprego» são completamente diferentes das que puseram no desemprego o cidadão residente.

Sendo as causas diversas, o tratamento terá conseqüente e forçosamente de ser diferenciado também.

E, em consciência, todos os portugueses terão de aceitar uma actuação *temporariamente* diferenciada.

É pois importante que o desalojado, a começar pelos seus familiares, faça compreender isso a todos, já que a nível oficial, com integrações fictícias, apenas se está acentuando o fosso entre os cidadãos residentes e os cidadãos desalojados.

É que, escondendo-se a verdade com subterfúgios ou exploração de ressentimentos, não mais o cidadão residente encontrará sensibilização para a aceitação desta diferenciação, afinal e apenas temporária, como já antes o escrevemos.

Mas, também não menos importante é desmascarar aqueles que, esquecendo-se de que são desalojados, dessa condição apenas aproveitam para, encapotadamente, colherem benefícios de que muitas vezes já não carecem

E alguns deles exercem já funções em que muito poderiam auxiliar os mais desprotegidos, não só por uma correcta execução das mesmas, como pela sensibilização das hierarquias superiores para situações, muitas das vezes criadas por uma apressada ou deformada apreciação ou até pelo desconhecimento do contexto em que as mesmas aconteceram.

Interessa pois, não essencialmente criar estruturas paralelas, mas antes encontrar soluções que correctamente contemplem os problemas que mais afectam os desalojados, inserindo-os gradualmente nos esquemas normais existentes ou a criar, numa facilitação justa de apoio à sua estabilização.

- *Membro Directivo da Associação Projecto I*

A nova face de Portugal face aos desalojados (IV)

Por Fernando Inácio Gil*

Desconhecendo os desalojados, na sua maioria, as carências que, com a sua acção, poderiam colmatar e não se tendo proporcionado reconversão profissional, muitas das suas iniciativas se gorarão, com largo prejuízo geral, o que em nada ajudará a sarar as feridas do corpo e alma, antes avivará sentimentos de ódio e repulsa, que só pela reorganização das suas vidas serão relegados para plano secundário.

E nada de bom, em parte alguma, adveio de uma sociedade ociosa.

A sua grande maioria fixou-se em área» de onde os próprios ou os seus ascendentes eram originários e onde encontraram um tecto e algumas vezes uma leira que cultivam para sua subsistência, ou sub-empregados, procuram ser o menos pesados para quem os acolheu.

Como aliás o não têm querido ser também do Estado.

E, presos ao tecto que os acolheu, com a ajuda de familiares e amigos ou do sistema de crédito do Comissariado para os Desalojados, ali iniciaram uma actividade, muitas das vezes não correctamente dimensionada ou memos necessária para a região, ou apesar de necessária, dela desconhecedores.

É disso exemplo flagrante a suinicultura, em que largos milhares de contos foram aplicados, especialmente por financiamentos do Comissariado para os Desalojados, sem o .menor atendimento às zonas de implantação, às necessidades do mercado e à falta de capacidade técnica dos financiados,.

Sendo pois limitados os meios disponíveis, permitir investimentos próprios, ou ainda pior, financiados, menos correctos, deverá ser certamente considerado como grave crime contra a economia nacional

Deram-se, igualmente, através do esquema de financiamentos do Comissariado, milhares de contos para restaurantes., cafés e «boites», como de interesse turístico, quando afinal no campo do turismo, a falta maior parece ser de camas e não de mesas.

Consequências, aliás inevitáveis, da falta de planificação e de algum compadrio.

Outro aspecto, com largos reflexos na vida do País, foi a fixação da grande maioria dos desalojados em zonas tradicionais de emigração, ressaltando os casos especiais de Lisboa e Porto.

Citamos, por exemplo, o caso que conhecemos de uma aldeia beirã, em que a escola estava para ser fechada por falta de alunos, os seus poucos habitantes eram já de idade avançada e muitas das casas estavam desocupadas. Hoje, com a vinda dos desalojados, a escola não comporta os alunos, a vitalidade regressou à aldeia e as casas não chegam para os que ali se fixaram.

Deu-se assim o preenchimento do vácuo deixado pelos emigrantes por uma população, de certo modo mais evoluída que aqueles á partida, embora talvez não tão jovem, mas que por hábitos e costumes antes adquiridos, obrigará a médio prazo a acelerar o desenvolvimento socioeconómico do interior do País.

No aspecto global, a vinda dos desalojados ultramarinos, alem de representar um acréscimo demográfico de cerca de 10%, de que se não poderá dissociar a desmobilização quase simultânea de mais de 100 mil jovens, veio trazer um abaixamento do nível etário da população portuguesa, de que só o censo de 1980 nos poderá dar valores reais, mas cujos reflexos serão visíveis a curto prazo.

Há ainda a acrescentar que tendo sido o retomo praticamente total, a fixação desta população não traria grave desequilíbrio na maioria dos mais diversos aspectos sociológicos advindos, pois desde professores a engenheiros, desde funcionários públicos a técnicos agrícolas, desde médicos a comerciantes, todos aqui se fixaram, e se realmente tivesse havido um seu melhor enquadramento, pois a sua afixação tem acontecido, na maior parte dos casos, como já o escrevemos, em função do tecto conseguido, quer a expensas do Estado, quer de familiares ou amigos.

Por representar uma classe profissional específica, refira-se que o Quadro Geral de Adidos englobou mais de 40.000 funcionários oriundos ex-Ultramar

Queremos pois salientar que a quase totalidade dos quadros públicos e privados acompanharam a população ora fixada em Portugal que há que tornar produtiva no mais curto espaço de tempo, pois como afirmava o Ten. Cor. Gonçalves Ribeiro, Alto-Comissário para os Desalojados, já em Outubro de 1976, «desde que eles comecem a trabalhar, nada os fará parar».

Só é pena que os actos não correspondessem às intenções.

E talvez não estejamos muito longe da verdade ao afirmar que muito em breve o seu rendimento global deva cobrir os encargos especiais que o Estado tem para com os desalojados, esperando-se também que deixem por isso de servir de justificação para pedidos ou recepção de mais empréstimos externos, não a eles especificamente consignados.

Muitos outros aspectos poderíamos focar em que os desalojados se têm evidenciado.

No campo desportivo, tradicionalmente no futebol, temo-los já como expoentes na natação, no basquetebol e no hóquei patinado.

No campo artístico, na canção, no teatro, nas letras, inclusive a despontar nas artes plásticas, já há nomes que em pouco tempo se impuseram a vastos auditórios.

Aliás até o panorama dos agregados populacionais esta a ser alterado.

Desde os nomes de vilas, cidades ou acidentes geográficos do ex-ultramar servindo de cartaz aos mais diversos estabelecimentos ou produtos, desde o não se fecharem dentro de portas, convivendo e prolongando o dia mais para a noite, desde o trajar, muito em especial de Verão, com as típicas “balalaikas», tudo está provocando uma certa alteração nos pacatos hábitos dos portugueses, mais fechados, menos comunicativos.

No próprio campo alimentar passaram a fazer parte da ementa o caril e a moambada, encontrando-se a chamaça em qualquer restaurante ou pastelaria.

Podemos pois concluir sem menosprezar quem quer que seja, que o desalojado, sendo já neste momento factor altamente positivo, será em pouco tempo, elemento decisivo, não só no reencontro de Portugal com o seu destino histórico mas como factor principal de evolução económica e social.

Pena é que a maioria da Comunicação Social apenas se refira ao desalojado quando, quase sempre por sobrevivência, se torna marginal de uma sociedade que o não soube amparar e o não quer aceitar.

Mas todo o panorama atrás retratado, que já se sente e a breve trecho será mais que palpável, poderá ser totalmente conseguido e abarcado se nos virarmos apenas para a Europa, pois a vivência africana dos desalojados e do próprio Portugal, não permitirá um virar de costas ao passado, mas antes a sua presença só será na totalidade positiva quando se der o reencontro de todos os povos que, até há bem pouco tempo, se acolheram durante séculos à sombra da mesma bandeira.

Afinal que representam na História de povos com séculos de convivência, quatro, cinco ou mesmo dez anos?

- *Membro Directivo da Associação Projecto I*

A nova face de Portugal face aos desalojados (V)

Por Fernando Inácio Gil*

E visível, pois, serem os desalojados factor altamente positivo para a arrancada necessária a este Portugal, que, além de já atolado na miséria, cada dia mais se endivida.

Pena é que seja o povo que tudo vai pagar: no corpo, na alma e pela algibeira. Pois os políticos, esses já certamente estarão prevenidos para o que der e vier...

Continua a afirmar-se estarem os desalojados quase que totalmente integrados.

Mas é com esta “mentira”, facilmente comprovável, que as entidades oficiais, muito em especial o Comissariado para os Desalojados, agora extinto, pretende enaltecer a sua acção.

É igualmente com esta mentira que o Partido Socialista, pois o Partido Comunista se tem absterido de intervir publicamente, afirma ter contribuído, através da sua acção, quando Governo, para que tal acontecesse esperando assim alcançar o agradecimento dos desalojados.

É com esta mentira que os «exemplares descolonizadores» pretendem fazer calar as consciências dos que se não amedrontam em acusá-los publicamente de traidores pois que, segundo eles, tudo foram e são já “rosas”.

É com esta mentira que querem calar a fome que já se avizinha, pois a verdade é que, bem ou mal era o Ultramar o sustento de todos os portugueses e nenhum sucedâneo, a não ser o desbaratar do ouro existente e o mendigar constante de empréstimos por todo o lado, foi alcançado pelos novos senhores.

É com esta mentira pois, que os sucessivos Governos e a agora tardiamente dissolvida Assembleia da Republica se vão esquecendo de tratar de tudo o que lá ficou, nosso e do Estado português, consubstanciado na terrível lei 80/77 de 26 de Outubro de 1977, tudo o que os nossos representantes de nós pensam:

. «1. Os bens sitos em território de ex-colónias que se prove terem sido aí expropriados, nacionalizados ou de outra forma objecto de privação duradoura de posse ou fruição, bem como os respectivos títulos representativos de direitos, estão sujeitos a regime de indemnização fixado segundo a lei do Estado da localização dos bens ou da sede ou direcção efectiva, a pagar pelo Estado que procedeu à respectiva nacionalização, expropriação ou privação da posse ou fruição».

Resta acrescentar ter sido esta lei aprovada pelos PC e PS, abstendo-se o PSD e votando contra o CDS.

Seria pois a compensação de tudo o que lá se deixou que, aliado ao «saber de experiência feito», seriam o suficiente para que a «grande arrancada» se iniciasse.

Mas os desalojados ainda esperam que assim seja.

E disso são os responsáveis conhecedores, pois quando Gonçalves Ribeiro afirmou: «desde que eles comecem a trabalhar, nada os fará parar», estava e está certamente convicto de que assim é na realidade.

Disso têm todos plena consciência pois, se a não tivessem, não criariam tantos entraves a que os desalojados efectivamente trabalhassem e não enganariam a opinião pública com dados falsos não só quanto ao seu número, como quanto à sua situação real

Mais têm plena consciência de que, quando os desalojados trabalharem, quando se emanciparem economicamente da parca esmola que recebem, transformando-se no motor deste País, serão apeados dos cargos, perderão as benesses e certamente os aguardará o julgamento por quantos crimes cometeram, sancionaram ou consentiram.

E é disso que têm medo.

Medo de perderem tudo.

Mas não são só os desalojados as únicas vítimas. De igual forma milhares e milhares de residentes o foram.

Foram-se igualmente do futuro que edificavam, foram-no do que construíram.

*

Também clamam por justiça.

Só nos resta, pois, espoliados de Portugal— enquanto Portugal não for saneado da face da Europa — unirmo-nos, lutando pelo futuro dos nossos filhos, isto é pela continuidade de um Portugal digno de si mesmo da sua História, limpa de tudo o que nestes últimos cinco anos o maculou.

Saibamos pois em quem votar.

Não nos deixemos enganar por falsas promessas.

Na «Alternativa 76», em manifesto eleitoral, comprometia-se o CDS em «criar entre os portugueses uma ideia de profunda solidariedade e compreensão para com os desalojados, tanto retornados como refugiados. Não se pode continuar a consentir nas absurdas, abusivas discriminações de que são muito frequentemente objecto» acrescentando que «fiel ao personalismo que enforma a sua Declaração de Princípios, o CDS tudo tentará — através da sua política externa e dos mecanismos ao seu alcance na ordem interna — para resolver os problemas específicos que atingem os desalojados, entre os quais avulta o direito de serem indemnizados pelos bens que perderam».

Unamo-nos e seremos uma força, a força por que Portugal espera e de que tanto carece.

- *Membro Directivo da Associação Projecto I*